

HABEAS CORPUS Nº 521.960 - GO (2019/0208747-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : JULIANA LOPES SODRE E OUTRO
ADVOGADOS : WALTERCIDES DOMINGOS DO PRADO - GO028662
JULIANA LOPES SODRE - GO0044775
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : JOAO VICTOR ROCHA MAIA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

JOÃO VICTOR ROCHA MAIA alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**, que denegou o HC n. 5300722.83.2019.8.09.0000.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, III, ambos da Lei n. 11.343/2006.

A defesa alega, em síntese, a ausência de justa causa para a ação penal, porque não há indícios mínimos de autoria delitiva em relação ao paciente e porque as declarações dos agentes policiais no tocante à autoria foram muito contraditórias; requer, assim, o trancamento do Processo n. 201900456243.

A liminar foi indeferida e, depois de as informações haverem sido prestadas, o Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem.

Decido.

Faço lembrar que o trancamento do processo no âmbito de habeas corpus é **medida excepcional**, somente cabível quando demonstrada a absoluta ausência de provas da materialidade do crime e de indícios de autoria, a atipicidade da conduta ou a existência de causa extintiva da punibilidade.

Tendo em vista que a denúncia é uma peça processual por

meio da qual o órgão acusador submete ao Poder Judiciário o exercício do *jus puniendi*, o legislador estabeleceu alguns requisitos essenciais para a formalização da imputação, a fim de que seja assegurado ao acusado o escoreito exercício do contraditório e da ampla defesa. Na verdade, a própria higidez da denúncia opera como uma garantia do acusado.

Segundo o disposto no art. 41 do Código de Processo Penal, "a denúncia ou queixa conterà a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas".

A denúncia e a queixa, ensina José Antonio Paganella Boschi, "são peças técnicas, **revestidas de tecnicidades e de formalidades**. Desatendidas, deverão ser recusadas por inépcia, isto é, por falta de aptidão para produzirem os efeitos pretendidos." (*Ação penal* – as fases administrativas e judicial da persecução penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 339, grifos do autor).

Assim, é legítima e idônea para consubstanciar a pretensão punitiva estatal a denúncia que, atenta aos requisitos previstos no art. 41 do Código de Processo Penal, descreve o fato criminoso imputado ao denunciado com todas as suas circunstâncias relevantes, de modo a permitir ao imputado compreender os termos da acusação e dela defender-se, sob o contraditório judicial.

Nas palavras de Eugênio Pacelli e Douglas Fisher, "o essencial em qualquer peça acusatória, seja ela denúncia, seja queixa, é a imputação". Esclarecem os autores a necessidade de que haja

[...] a precisa atribuição a alguém do cometimento ou da prática de um fato bem especificado. Esse, ou esses, os fatos, devem ser descritos com rigor de detalhes, para que sobre eles se desenvolva a atividade probatória. A exigência de delimitação precisa do fato imputado encontra-se na linha de aplicação do princípio constitucional da ampla defesa. Para que seja ampla a defesa é necessário, então, que se saiba, com precisão, qual o fato que se diz ser o réu o autor, para que ele possa, na maior medida possível, definir os meios de prova que se ajustarão à espécie, segundo os seus interesses, bem como possa também dar a ele (fato) a definição de direito que favoreça aos interesses defensivos.

[...]

(Comentários ao Código de Processo Penal e sua jurisprudência. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2013, p. 104).

No caso em comento, não identifico hipótese a ensejar o pretendido encerramento prematuro da ação penal.

A denúncia está embasada em elementos de informação amealhados durante o inquérito policial. Além disso, o Ministério Público descreveu os fatos tidos como delituosos, com todas as suas circunstâncias, a permitir a compreensão da imputação. Para tanto, narrou que "agentes prisionais da Unidade Prisional de Jataí perceberam quando o interno Rondinel Carvalho Ferreira, que exerce trabalho nas dependências da Unidade Prisional, pegou um objeto das mãos do denunciado João Victor Rocha Maia na entrada da Ala A, onde este se encontrava recolhido" (fl. 31).

Na sequência, o órgão ministerial descreveu que: "Diante da atitude suspeita, os agentes prisionais determinaram que o interno Rodinel Carvalho Ferreira entregasse o objeto para averiguação, sendo que o objeto se tratava de um encarte de DVD que estava em uma sacola contendo vários outros, quando se constatou que havia 01 (uma) porção da substância maconha no interior do encarte do DVD" (fl. 31).

Ao prosseguir em sua narrativa, o Ministério Público salientou (fl. 32):

Ato contínuo, os agentes prisionais questionaram o interno Rondinel sobre a droga ilícita, oportunidade em que este confessou que havia ido até a Ala A para pegar uma droga para fumar, **sendo que a droga ilícita lhe foi entregue pelo denunciado João Victor Rocha Maia.**

Assim, conforme bem decidiu a Corte estadual (fl. 173):

No caso dos autos, pelas declarações dos agentes prisionais, a indícios de que o paciente teria entregado quase um grama de maconha a um detento. Embora, por ora, tais declarações não constituam prova cabal do cometimento do crime de tráfico majorado, é suficiente para o recebimento da

denúncia.

Segundo jurisprudência superior, em razão da excepcionalidade do trancamento da ação penal, tal medida somente se verifica possível quando ficar demonstrado, de plano e sem necessidade de dilação probatória, a total ausência de indícios de autoria e prova da materialidade delitiva, a atipicidade da conduta ou a existência de alguma causa de extinção da punibilidade. (STJ, HC 373.809).

Portanto, apesar de a acusação estar relativamente sucinta, **entendo que a imputação fática relativa ao delito descrito nos art. 33, caput, c/c o art. 40 III, ambos da Lei n. 11.343/2006 está suficientemente delineada na denúncia**, visto que é possível identificar, nos termos do que dispõe o art. 41 do Código de Processo Penal, qual a responsabilidade do paciente nos fatos em apuração, vale dizer, qual conduta ilícita supostamente por ele praticada, motivo pelo qual não há falar em trancamento prematuro da ação penal.

Por fim, a questão relativa à pequena ou a nenhuma participação do paciente nos fatos articulados na denúncia foge da possibilidade de cognição neste momento processual e na via estreita do habeas corpus, sendo, na verdade, matéria que será dirimida ao longo de toda a instrução criminal.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego** a ordem.

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator